



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE ALAGOAS

Boletim Estratégico

ANO 8, Nº 1, SETEMBRO 2024



Processo participativo de Metas

Audiência Pública de Metas Nacionais do Poder Judiciário



O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL), liderado pelo desembargador Fernando Tourinho, e com o apoio da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP), realizou vários eventos para promover um processo mais participativo e inclusivo na formulação da proposta das metas do Judiciário para o ano de 2025, contando com a colaboração de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, membros do Ministério Público, advogados, advogadas, interessados e interessadas da sociedade em geral, para a construção das diretrizes para o próximo ano.

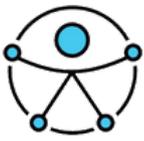
Entre os meses junho e julho de 2024 foram realizados três eventos. No dia 14 de junho foi realizada uma reunião, por meio de videoconferência, com a participação de 58 magistrados e magistradas, e 238 servidores e servidoras. Houve, também, uma consulta pública entre os dias 17 de junho a 2 de julho de 2024, e, além dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras, foi permitida participação de cidadãos, Ministério Público, Defensoria Pública e advogados e advogadas. Por fim, no dia 12 de julho de 2024, foi realizada uma audiência pública, aberta a todos os interessados.

Foram discutidas as seguintes metas:

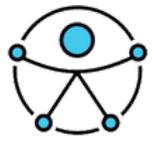
- META 1** ➡ JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS
- META 2** ➡ JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS
- META 3** ➡ ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO
- META 4** ➡ PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS
- META 5** ➡ REDUZIR A TAXA DE CONGESTIONAMENTO
- META 8** ➡ PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES
- META 10** ➡ IMPULSIONAR OS PROCESSOS DE AÇÕES AMBIENTAIS E OS PROCESSOS RELACIONADOS AOS DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
- META 11** ➡ PROMOVER OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- META 12** ➡ IMPULSIONAR OS PROCESSOS DE AÇÕES RELACIONADOS AOS DIREITOS DOS IDOSOS

As iniciativas fazem parte de um esforço para tornar o processo condizente com uma Gestão Participativa, conforme previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 221, de 10 de maio de 2016, que instituiu princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ, e na Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

A participação de todos na construção das metas é um elemento essencial no processo, assegurando que as metas atendam às demandas dos mais diversos segmentos da sociedade alagoana, e contribui para aprimorar o sistema da Justiça para os próximos anos.



ACESSIBILIDADE



Disponibilização de intérprete de Libras no Poder Judiciário de Alagoas

Qualquer unidade judicial do Tribunal de Justiça de Alagoas pode solicitar a assistência de um intérprete de libras. O serviço garante a inclusão de jurisdicionados e servidores que possuem deficiência auditiva nos eventos do Judiciário, sejam presenciais ou remotos.

Cartilha de orientação à solicitação de intérpretes de libras

Você sabia que agora é possível solicitar serviço de acessibilidade no TJ/AL? Saiba como solicitar intérprete em libras e como funciona essa nova ferramenta!

Quem pode demandar?

- Esmal • NAI • Diati • Cerimonial
- Comissão de Acessibilidade • Unidades Jurisdicionais

Solicitação do serviço

Dados sobre o uso

Fiscal Técnico:
Júlia Hermenegildo (NAI)

Núcleo de acessibilidade NAI

Fornece informações a:

Comissão de Acessibilidade CNJ / Resolução 401 e Prêmio da qualidade Presidência

Qualquer unidade judicial do Tribunal de Justiça de Alagoas pode solicitar a assistência de um intérprete de libras. O serviço garante a inclusão de jurisdicionados e servidores que possuem deficiência auditiva nos eventos do Judiciário, sejam presenciais ou remotos.

As solicitações se dão através da servidora Júlia Hermenegildo, do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que é fiscal do contrato entre o Tribunal e a empresa fornecedora do serviço.

Também podem requisitar um intérprete a Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal), a Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação (Diati), o Cerimonial, a Comissão de Acessibilidade e o próprio NAI.

Dados sobre a utilização do serviço são encaminhados pelo NAI à Comissão de Acessibilidade do TJ/AL, à Presidência do Tribunal e ao Conselho Nacional de Justiça.

Benchmarking com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre as avaliações biopsicossociais a serem implementadas no TJ/AL

O Núcleo e a Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJ/AL se reuniram virtualmente, com servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), para trocar experiências sobre a implementação das avaliações biopsicossociais de Pessoas com Deficiência (PCD) do TJ/AL.

As avaliações biopsicossociais são exigidas pela Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

Durante o encontro, o servidor Rodrigo Lima, coordenador da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão do TJ/SC, detalhou como funciona o Programa *Integra*, que promove acolhimento e inclusão das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, através de ações coordenadas.

Luciana Rabello e Fernanda Chede, psicólogas do TJ/SC, ressaltaram a importância de serem observadas as particularidades de cada deficiência na realização das avaliações, já que nem sempre o que é inclusivo para uma pessoa com deficiência, será inclusivo para outra.

Participaram da reunião os representantes do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do TJ/AL Alexandre Caiado, Júlia Regina Peixoto, e Klaudiane Passos, além da secretária da Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), Mirela dos Santos.

Encontro virtual

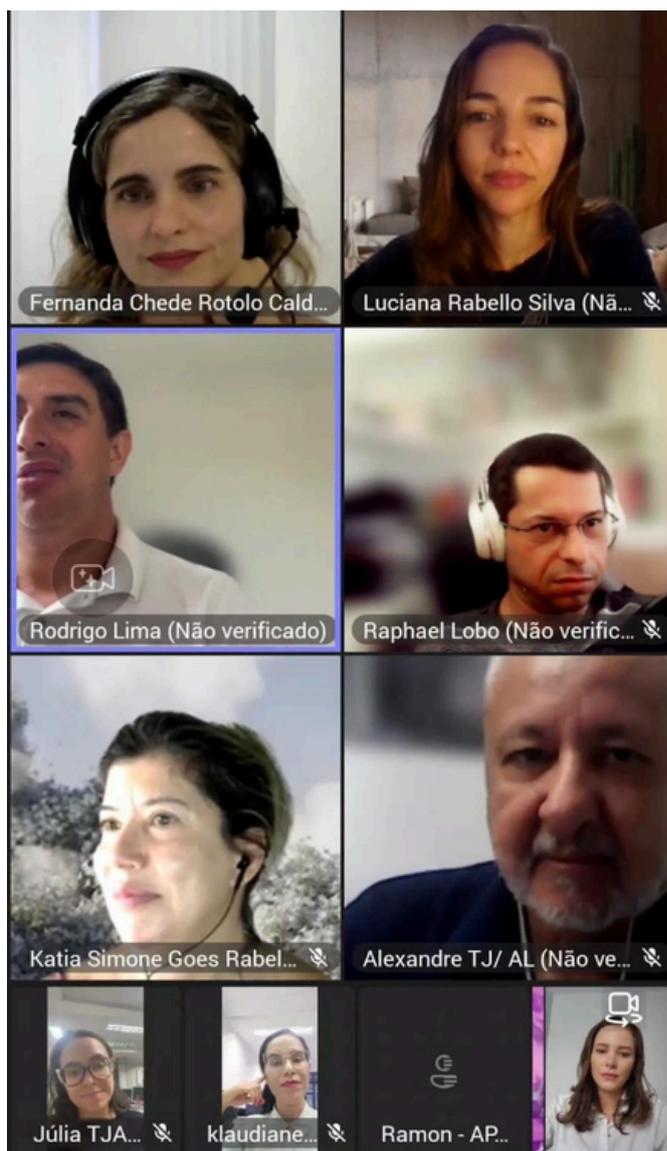


Foto: Dicom

Capacitação para atendimento a PCDs promovida pela SECDEF

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) participou, de capacitações promovidas durante a 1ª Jornada da Segurança Pública, no centro universitário UNIMA.

Com o tema “Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa com Deficiência”, o evento é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência (SECDEF).

Júlia Hermenegildo, coordenadora do NAI, ressaltou a importância do evento para ouvir os apelos sociais independente de raça, cor, sexo e deficiência.

“O Poder Judiciário precisa atender às necessidades e aos direitos pleiteados tanto pelos seus servidores como pelos jurisdicionados”, afirmou.

Durante as capacitações, os facilitadores Vanessa Menezes e Júlio Schwartz abordaram a realidade das Pessoas com Deficiências (PCDs), com foco na pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os participantes receberam panfletos com o intuito de incentivar a participação social dos servidores na construção de políticas públicas de inclusão e acessibilidade em Alagoas.

Evento foi realizado no centro universitário UNIMA



Foto: SECDEF

TJ/AL celebra Dia Mundial do Orgulho Autista com feirinha de famílias atípicas

Na data em que é celebrado o Dia Mundial do Orgulho Autista, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) promoveu um dia de ações de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e apoio às famílias.

Coral Coroarte



Foto: Victor Vercant

Já na área externa do TJ/AL, na Praça Deodoro, a Feirinha das Famílias Atípicas trouxe diversas opções de produtos, desde alimentos, como pão de mel, bolos, biscoitos e comidas típicas juninas, à peças de vestuário infantil e de higiene pessoal sustentável.

O presidente do TJ/AL, desembargador Fernando Tourinho, visitou a feira e ressaltou que o Judiciário vem realizando diversas ações para estar mais próximo da sociedade.

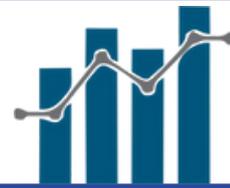
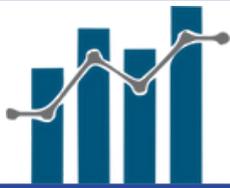
As ações são de iniciativa do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJ/AL.

O Coral Coroarte, da Igreja Presbiteriana do Farol, encantou os magistrados e servidores com apresentações no hall de entrada do TJAL. Na ocasião, o desembargador João Luiz Lessa, presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do tribunal, ressaltou a importância do amor e dedicação dos pais nos cuidados com as crianças e os adolescentes autistas.

Presidente e Luana Rodrigues, coordenadora do projeto Famílias Atípicas Empreendedoras



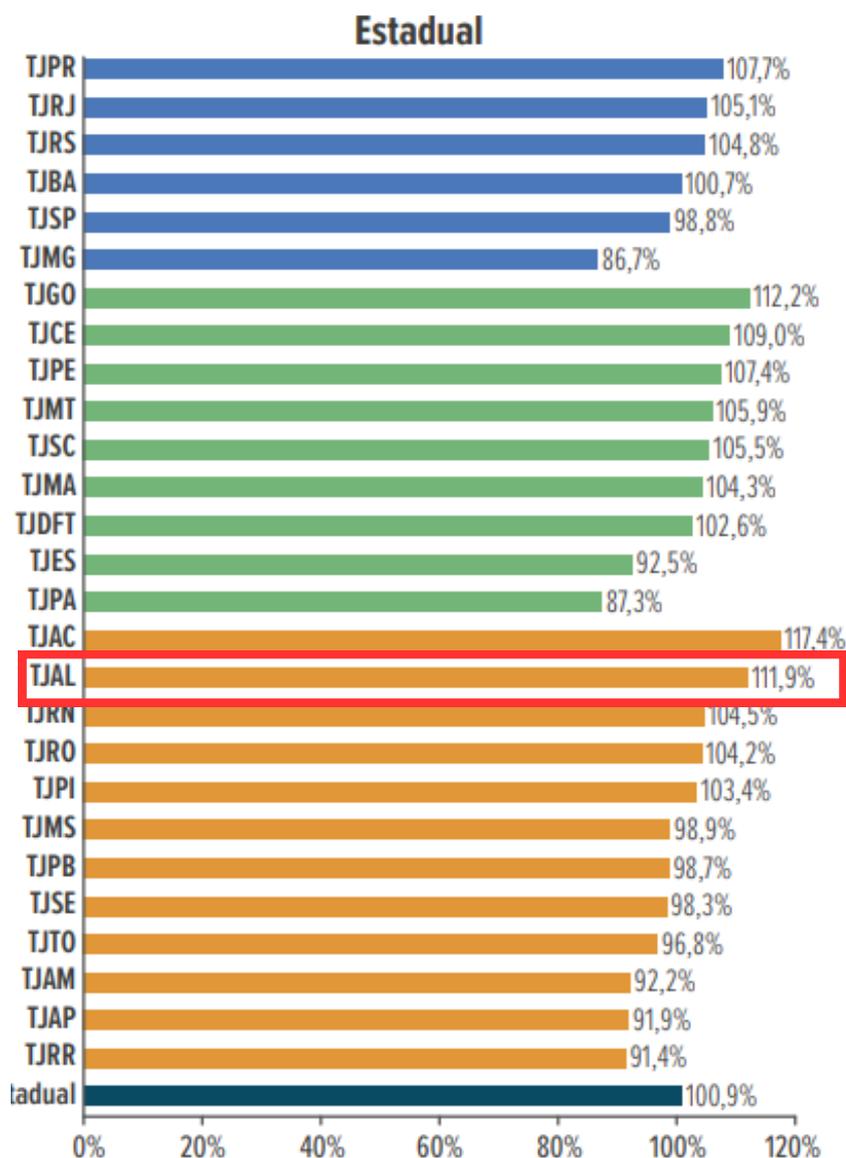
Foto: Victor Vercant



Justiça em Números

O Tribunal de Justiça de Alagoas alcançou, em 2023, índice de atendimento à demanda de 111,9%, o segundo maior entre as cortes de pequeno porte e o terceiro melhor entre todos os tribunais estaduais. O destaque consta no relatório Justiça em Números 2024 (ano-base 2023), divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Índice de atendimento à demanda, por tribunal



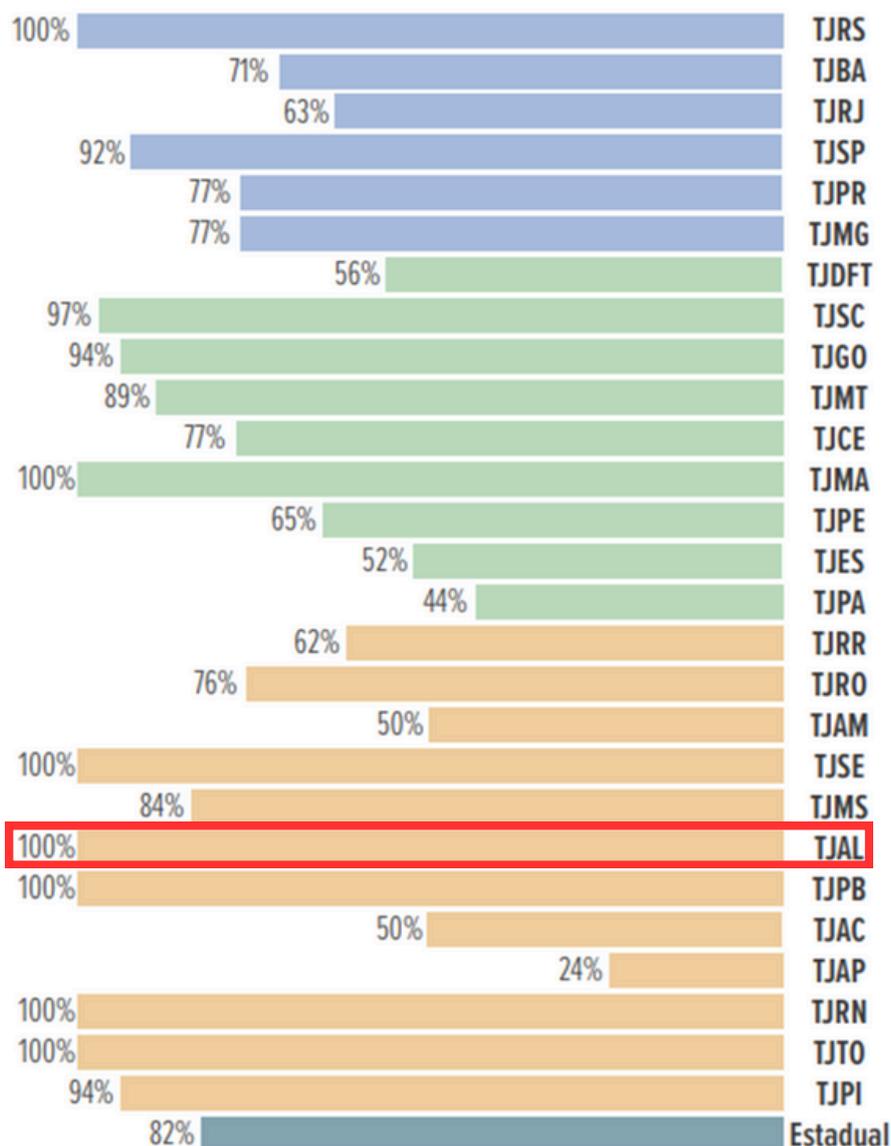
Fonte: Relatório Justiça em Números 2024

Índice de atendimento à demanda do TJAL é o 3º maior entre os TJs

IPC-Jus no 2º grau do TJ/AL atinge 100% de eficiência

O TJ/AL alcançou o índice de 100% do IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) no segundo grau em 2023. O IPC-Jus é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único. Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal. Quanto maior o valor (que varia de 0 a 100%), melhor o desempenho da unidade, significando que foi capaz de produzir mais, com menos recursos disponíveis. Mais informações podem ser obtidas no Relatório Justiça em Números 2024.

Resultado do IPC-Jus no 2º grau, por tribunal



Fonte: Relatório Justiça em Números 2024



INOVAÇÃO



Linguagem simples

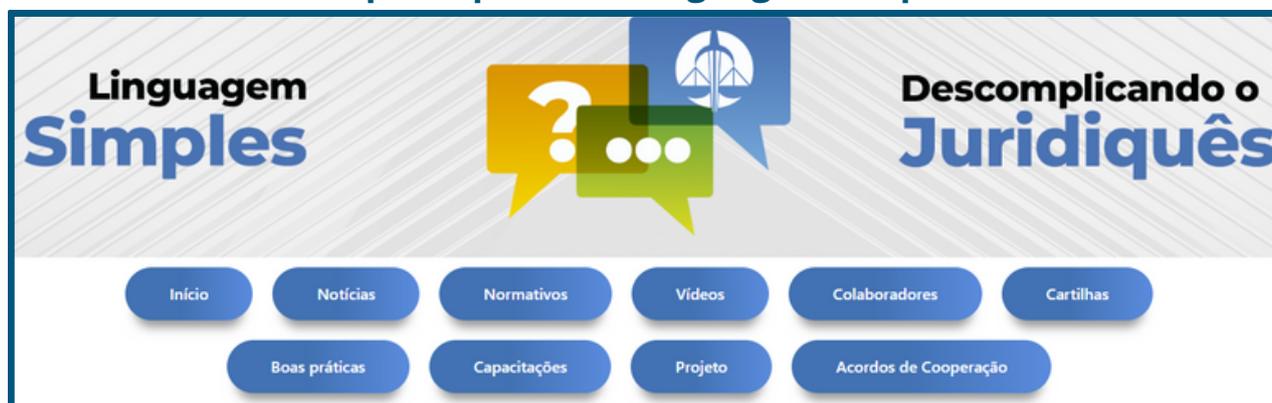
O Laboratório de Inovação do Poder Judiciário (JustInova) com a colaboração de unidades do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL), como o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e a Diretoria de Comunicação (DICOM) realizou diversas iniciativas voltadas para a promoção da linguagem simples no âmbito do judiciário.

Recentemente, o TJ/AL publicou uma página dedicada a este tema, com o objetivo de facilitar a compreensão dos textos jurídicos para a população em geral, tornando a comunicação mais acessível e inclusiva. Além disso, o tribunal realizou cursos, exposições e firmou parcerias para difundir a importância da linguagem clara e direta nos processos e nas comunicações judiciais.



Para mais informações sobre a linguagem simples no TJAL os interessados podem acessar o endereço [CLICANDO AQUI](#) ou no QR-code acima, ou ainda consultar a Resolução TJAL nº 28/2024.

Capa do portal de linguagem simples



Fonte: Site do TJ/AL

Melhoria do alcance do judiciário através dos PIDs

O JustInova, em outra importante iniciativa voltada para a inclusão, trabalhou para que o TJ/AL, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT-19) e as prefeituras dos municípios de Canapi, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, instalassem Pontos de Inclusão Digital (PIDs) nas três cidades, conforme Resolução TJAL nº 32/2024.

Reunião com TRT e TRE sobre a implantação dos PIDs



Foto: Cortesia

Os PIDs visam proporcionar maior acesso aos serviços da Justiça para a população em cidades nas quais não há prédio físico do Poder Judiciário.

Essas ações refletem o compromisso do JustInova em promover um judiciário mais acessível, claro e próximo da sociedade, possibilitando maior acesso à informação e aos serviços de forma simplificada e democrática.



SOCIOAMBIENTAL



TJ/AL alcança a 9ª colocação em ranking de sustentabilidade do CNJ

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) alcançou, em 2023, a 9ª colocação no Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O percentual atingido foi de 73%.

O IDS leva em consideração indicadores como consumo de energia, água e copos plásticos, além de gastos com papel e transporte, destinação de material para reciclagem, entre outros. O resultado consta no 8º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

"O resultado foi significativo, mesmo considerando que tivemos, no ano passado, um aumento na força de trabalho. Consequentemente aumentam algumas despesas, mas o nosso objetivo é continuar melhorando a cada exercício", afirmou o juiz Filipe Munguba, que coordena a Comissão Ambiental do TJ/AL.



No relatório, o CNJ destaca o trabalho do TJ/AL na redução do uso de copos plásticos. O ato normativo que suspendeu a disponibilização desses itens no Judiciário estadual é de junho de 2019. Atualmente, os copos plásticos utilizados pelo TJ/AL são todos biodegradáveis.

"Há crescente queda na aquisição e consumo de copos descartáveis de plástico no Judiciário. Essa diminuição é fruto dos esforços dos tribunais em não mais adquirir esse tipo de produto. Tal como o TJ/AL, muitos estão comprando copos biodegradáveis e recicláveis, inclusive utilizando copos feitos de materiais os mais diversos como o amido de milho, a fibra de coco e a palha de arroz", destacou o CNJ.

A redução de 9,33% nos gastos com telefonia fixa, em comparação ao ano de 2022, também teve destaque. "O TJ/AL continuou seu processo de expansão do uso da Tecnologia VOIP (Voz sobre protocolo de internet) em suas unidades físicas. Isso permitiu uma diminuição do número de links de telefonia e consequente redução do valor total das faturas", ressaltou o CNJ.

Resultado do IDS na Justiça Estadual

Justiça Estadual				
Ranking	Tribunal	2021	2022	2023
1	TJAM	73,2%	80,9%	77,4%
2	TJRO	72,8%	78,5%	77,3%
3	TJPR	77,4%	80,0%	76,7%
4	TJDFT	78,3%	79,9%	76,0%
5	TJRR	76,4%	73,4%	75,6%
6	TJPB	72,8%	76,1%	74,8%
7	TJRS	72,9%	75,4%	73,1%
8	TJMA	71,4%	75,6%	73,1%
9	TJAL	72,0%	75,1%	73,0%
10	TJGO	71,2%	71,9%	72,6%
11	TJPA	69,0%	73,1%	72,5%
12	TJBA	68,6%	75,8%	71,5%
13	TJMG	67,6%	75,9%	71,5%
14	TJAC	71,9%	74,0%	70,9%
15	TJCE	74,3%	74,7%	70,2%
16	TJRN	65,0%	69,6%	68,4%
17	TJES	56,2%	69,3%	68,1%
18	TJSP	79,8%	76,2%	67,1%
19	TJMT	67,4%	70,3%	66,6%
20	TJTO	63,6%	59,8%	65,1%
21	TJSE	68,7%	68,3%	65,0%
22	TJPE	66,6%	67,0%	65,0%
23	TJSC	76,2%	72,2%	64,6%
24	TJPI	61,2%	60,0%	62,1%
25	TJAP	57,9%	65,0%	60,9%
26	TJMS	55,9%	63,1%	60,0%
27	TJRJ	50,5%	50,6%	42,4%

Fonte: CNJ

Contratações sustentáveis

Entre os tribunais de pequeno porte, o de Alagoas ficou na primeira colocação no que se refere a contratações com critério de sustentabilidade. O percentual alcançado, no ano passado, foi de 78%.

Desde 2022 as contratações do TJ/AL observam a questão da sustentabilidade. Na compra de materiais de limpeza, por exemplo, o tribunal observa se os produtos são menos agressivos ao meio ambiente.

A aquisição de materiais de expediente oriundos da madeira (como papel A4, lápis, entre outros) leva em conta critérios de rastreabilidade e da origem dos insumos.

Esse trabalho é feito de forma conjunta pelo Núcleo Socioambiental, a Subdireção, o Departamento de Gestão de Contratos (DGC), o Departamento Central de Engenharia e Arquitetura e o Departamento Central de Aquisições (DCA), que criaram, em 2022, o Guia de Contratações Sustentáveis.

De acordo com o coordenador do Núcleo, Alexandre Caiado, a meta é atingir, em 2024, o percentual de 95% e de 100% no ano de 2025. "Esse indicador mostra o compromisso do Tribunal de Justiça com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente", reforça.

Premiação anual do programa TJ/AL Ecoconsciente e Solidário

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) premiou, as unidades judiciárias que mais reduziram impressões e consumo de papel e energia. O levantamento teve como base o período de 2019 a 2023.

A juíza Juliana Batistela, da Comarca de Viçosa, destacou o trabalho dos servidores. "Esse número se deve à responsabilidade dos funcionários, que são pessoas conscientes. Ninguém deixa o aparelho de ar-condicionado ligado à toa. As lâmpadas são apagadas quando a gente sai", disse a magistrada.

O juiz Felipe Vargas, de Piaçabuçu, também reforçou a importância da atuação conjunta em prol do meio ambiente. "Essa preocupação perpassa por diversos setores, e o Poder Judiciário não poderia ficar afastado dessa obrigação de buscar as melhores condições ambientais".

De acordo com o juiz Vinícius Araújo, a Vara Única de Boca da Mata tem priorizado o uso de ferramentas eletrônicas. "Fazemos tudo o que pode ser feito de forma on-line ou através de whatsapp. Inclusive, com os órgãos municipais alterou-se a forma de intimação, que antes era por ofício impresso, entregue por oficial de justiça. Passou a ser tudo por e-mail".

O desembargador Fábio Bittencourt enalteceu o trabalho de sua equipe. "É muito bom gerir um gabinete com pessoas que estão querendo realmente melhorar os serviços. Essas economias geram frutos não só para o Judiciário, mas também para a natureza".

As unidades receberam certificado de reconhecimento, e os servidores foram agraciados com broche e terão direito a uma folga.

O presidente do TJ/AL, Fernando Tourinho, parabenizou os ganhadores e reforçou a preocupação do Judiciário com a questão ambiental. "Estamos dando o exemplo de que podemos melhorar o nosso meio ambiente, que podemos ajudar a construir um futuro melhor para o Poder Judiciário e, com isso, entregar um serviço de melhor qualidade para toda a sociedade alagoana".

A premiação, no dia 12 de junho, fez alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado no dia 5. Segundo o juiz Filipe Munguba, que preside a Comissão Ambiental do TJ/AL, o objetivo da Corte é reconhecer o compromisso de magistrados e servidores.

"Nossa premiação alcança aquelas unidades que diminuíram a utilização de energia, o número de impressões e de resmas de papel. São pequenos gestos que apresentam um resultado significativo e demonstram a consciência em preservar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações".



Foto: Dicom

As unidades vencedoras foram:

- Vara Única de Viçosa - redução de 61,18% no consumo de energia elétrica;
- Vara Única de Piaçabuçu - redução de 97,89% no número de impressões;
- Vara Única de Boca da Mata - redução de 94,80% no consumo de resmas;
- Gabinete do desembargador Fábio Bittencourt - maior média de redução (64,99%) nos três indicadores.

Ato 33/2023 – Realização do Ciclojud

O Ato normativo 33/2023, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 25 de agosto de 2023, foi criado para dar oportunidade para que servidores e magistrados possam propor ações de cunho desportivo e sociocultural para compor o calendário de eventos do Poder Judiciário de Alagoas. A primeira ação viabilizada foi o Circuito Ciclojud que teve seu primeiro passeio realizado dia 25 de maio e mobilizou 97 servidores do Tribunal de Justiça, TRE, TRT e Justiça Federal; outros quatro passeios devem ocorrer até o final do ano.



Foto: Dicom

O percurso teve ao todo 14,5 km e abrangeu seis bairros da capital. O presidente do TJ/AL, Fernando Tourinho, acompanhou o evento.

Antes da largada, no estacionamento do TJ/AL, os servidores fizeram aquecimento e puderam realizar exames de pressão e glicemia.

"A iniciativa foi dos próprios servidores do TJ, que procuraram a Presidência e, de pronto, atendemos o pleito. É uma iniciativa importante porque estamos falando de saúde", disse o presidente do TJ/AL, Fernando Tourinho.

O desembargador destacou a parceria do TJ com os outros órgãos da Justiça estadual. "É importante essa união das instituições. O trabalho, no dia a dia, é estressante, então devemos cuidar da saúde, praticar exercícios. O ciclismo é uma atividade que deve ser incentivada".

Saindo do Tribunal, percorreram ruas do Centro, Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Poço. Carro batedor e ambulância acompanharam o percurso. Todo o passeio foi inspecionado pela Federação Alagoana de Ciclismo (FAC).

Promovido pelo Núcleo Socioambiental do TJ/AL, o Ciclojud teve ainda o apoio do Banco de Brasília (BRB), da Unimed Maceió, da Atlântica Motos e do Sam's Club.

Os alimentos doados pelos participantes foram destinados à Cooperativa de Recicladores de Lixo de Maceió (Cooplum), que atende cerca de 30 famílias.



Foto: Dicom

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) doou 187 kg de alimentos à Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió (Cooplum).



4009-3197 Inovação e planejamento

4009-3198 Estatística e qualidade

4009-3222 Acessibilidade, socioambiental e projetos

4009-3412 Chefia



apmp@tjal.jus.br



apmp.tjal.jus.br

Acesse nosso
Boletim Estratégico
pelo seu smartphone:

